

Estados refinanciam suas dívidas

■ Termos de compromisso restabelecem pagamento de US\$ 20,6 bilhões para a União

BRASÍLIA — Onze estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Ceará, Amazonas e Pará) assinam hoje, em cerimônia às 11h, no Ministério da Fazenda, os primeiros termos de compromisso do refinanciamento de suas dívidas com a União, restabelecendo o pagamento de uma dívida de US\$ 20,6 bilhões com os bancos federais.

Os governadores de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), e do Ceará, Ciro Gomes (PSDB), já confirmaram presença em Brasília, depois de alguns meses de difícil negociação em que Fleury, principalmente, contestou com firmeza a dívida do seu estado.

O governo do Estado do Rio de Janeiro, que deve US\$ 1,1 bilhão, acertou ontem os detalhes do refi-

nanciamento. "Depois que acertamos a dívida do Metrô ficou fácil", comentou o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho.

Pontos do PAI — Segundo disse, com o refinanciamento, a equipe econômica conseguiu fechar mais um dos seis pontos principais do Plano de Ação Imediata (PAI), destinado ao reordenamento das finanças públicas.

"Já concluímos o corte de gastos, demos início à recuperação da receita e estamos melhorando o relacionamento com estados e municípios. Faltam agora as medidas relativas aos bancos estaduais e federais e à aceleração da privatização", assinalou.

Prazo alongado — Com a assinatura do termo de compromisso, os 11 estados terão o prazo de

vencimento de seus débitos com a União alongado por 20 anos. Pelos contratos originais, o prazo de pagamento era bem inferior a 240 meses.

Outra vantagem para os estados é que os juros da dívida serão recalculados com base num valor médio dos contratos originais de financiamento. A partir de agora, quem acertar com o governo federal poderá conseguir novos avais para financiamentos externos.

Relação sadia — Carvalho explicou que o acerto com os estados permitirá o restabelecimento de uma relação "sadia" entre União e estados, que há vários anos vinham realizando pagamentos irregulares ou simplesmente não pagando nada ao governo.

Para se ter uma idéia do nível de inadimplência, a dívida dos estados

com a União cresceu US\$ 2,2 bilhões de setembro de 1991 a janeiro de 1993.

Desconto — Cinco estados, entre eles o Rio de Janeiro, estavam em dia com o pagamento da dívida. Por isso, terão um desconto de 40% nas primeiras prestações após a assinatura dos contratos definitivos.

Os demais serão obrigados a pagar hoje parcela de US\$ 38 milhões à Caixa Econômica Federal, credora de 50% da dívida dos estados.

O secretário informou que os contratos provisórios de rolagem das dívidas terão validade de 90 dias. A expectativa é a de que o projeto de lei da rolagem seja aprovado pelo Congresso Nacional até o final de setembro próximo, o que permitirá a assinatura dos contratos definitivos.